



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNDOS DE PENSÃO			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0079/16	DATA: 03/03/2016	
LOCAL: Plenário 5 das Comissões	INÍCIO: 10h26min	TÉRMINO: 10h58min	PÁGINAS: 14

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Deliberação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Houve manifestações na plateia.
Houve orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Como está faltando apenas um membro, que já está a caminho, vamos iniciar os trabalhos, para que nós possamos adiantar as atividades da Comissão, até porque passamos uns 10 dias parados, em virtude da votação do requerimento de prorrogação. E agora vamos retomar o ritmo dos trabalhos, o ritmo de investigação, vamos nos aprofundar, vamos acelerar o ritmo de ouvir as pessoas que precisam ser ouvidas, investigar quem precisa ser investigado, quebrar sigilos que porventura necessitem ser quebrados.

Eu queria agradecer muito a acolhida que todos nós recebemos das pessoas que desde o início acompanham esta Comissão. A presença simbólica aqui dos representantes e dos beneficiários do POSTALIS e da FUNCEF é bem-vinda. *(Palmas.)* Agradeço a cada um dos senhores essa manifestação, que tem sido constante. Os senhores acompanharam, na última sessão, a disputa que houve para que aprovássemos os requerimentos, inclusive o de prorrogação. E não tenho nenhuma dúvida de que somente obtivemos essa vitória graças à mobilização e ao apelo social que a Comissão tem na investigação do dinheiro roubado do aposentado o seu maior impulso, o seu maior estímulo, o seu maior combustível.

Se esta Comissão é um motor para investigar, o combustível vem exatamente da participação dos senhores, aposentados, beneficiários, viúvas, pensionistas, trabalhadores, pessoas que estão preocupadas com o seu futuro, que está sendo colocado em risco, que está sendo colocado em xeque. Se no Brasil sempre ouvimos a figura de linguagem de que o cidadão é quem no final paga a conta da corrupção, aqui na CPI dos Fundos de Pensão nós estamos vendo isso se tornar realidade, porque a conta da corrupção está sendo descontada no contracheque dos senhores e das senhoras. *(Palmas.)*

Meus amigos do POSTALIS, corrijam-me, se estiver errado: a previsão é de chegar a 26%? É isso? *(Pausa.)* O aprovado em ata pelo... e a Justiça barrou... *(Pausa.)* Perfeito. Ou seja, abrir mão de 26% em média do salário faz falta para quem sustenta uma família. Nós temos a exata noção disso.

Há ainda apenas 13 membros presentes. Falta apenas um.

Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião Ordinária da CPI dos Fundos de Pensão.



Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 38ª Reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há a necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Peço a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está dispensada a leitura da ata por solicitação do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V.Exa. pelas gestões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu tenho que aguardar, porque só há 13 membros presentes. Eu posso ler a ata, mas, para aprová-la, eu preciso da presença dos 14 Deputados.

Enquanto isso, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu queria cumprimentar V.Exa. pela atitude que teve no sentido de conseguir a prorrogação desta CPI. Foi extremamente importante essa posição, porque nós sabemos que, lamentavelmente, depois do *affaire* PETROBRAS, outro setor que dá um prejuízo incalculável é o dos fundos de pensão, prejudicando diretamente os beneficiários. E, sem dúvida nenhuma, esses que têm acompanhado as nossas atividades aqui demonstram qual é o tamanho do rombo que acabou acontecendo nos fundos de pensão. Então, esta CPI, ao seu final, tem que responsabilizar aqueles que neles meteram a mão e, acima de tudo, dar orientações para que esses novos casos não se repitam, porque é histórico sabermos o que tem acontecido.

E há inclusive uma conexão entre a PETROBRAS e os fundos de pensão, porque a Sete Brasil levou dinheiro de muitos fundos de pensão e a Sete Brasil, mais dia, menos dia, acabará tendo decretada sua falência, sem dúvida nenhuma, com um prejuízo incalculável para todos os trabalhadores que acreditaram no sonho de que o pré-sal podia ser realidade. E, depois de toda essa história, ficou só o sal para todo mundo, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu agradeço, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Cabe fazer um esclarecimento sobre o requerimento, que foi motivo de dúvida de muitas pessoas, que foi aprovado nesta Comissão por 16 a 11: ele foi levado ao Plenário para apreciação da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados que solicitou a prorrogação por 60 dias. A Mesa entendeu que, em virtude de ainda termos desse prazo regimental até o dia 19 de março, então, com mais 30 dias, chegaremos a praticamente 50 dias de trabalho, o que será razoável para que possamos avançar na conclusão dos trabalhos.

Agora, uma coisa fica bem clara: nada impede que, havendo fatos novos, seja solicitada uma nova prorrogação. Essa é uma previsão regimental. E vamos trabalhar para a conclusão do relatório final no prazo de mais 50 dias, em média, até o dia 19 de abril, mas fatos novos poderão ensejar uma nova prorrogação. Deixaremos essa deliberação para momento oportuno.

Chegamos aos 14 membros! (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Parabéns, Deputado Chico Lopes!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - As meninas ali parece que estavam apreensivas com o quórum. (*Risos.*) Gato escaldado tem medo de água quente, não é verdade?

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Água fria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - De água fria. Obrigado, Deputado Enio.

Em votação a ata.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Esta reunião foi convocada para a deliberação de requerimentos. Informo a V.Exas. que o Deputado Raul Jungmann requereu, com base no art. 114, inciso V, do Regimento Interno, e esta Presidência deferiu, a retirada de tramitação do Requerimento nº 487, de 2016.

Passamos à deliberação dos requerimentos constantes da pauta.



Item 1. Requerimento nº 484, de 2016, de autoria do Sr. Deputado Efraim Filho, que *“requer nova convocação do Sr. Antônio Carlos Conquista”*, hoje ex-Diretor do POSTALIS, foi substituído, e eu tenho certeza de que o clamor dos beneficiários e servidores do POSTALIS, que querem ver a regularização dos seus fundos, contribuiu bastante para que isso acontecesse. Foi uma conquista do trabalho integrado desta Comissão e dos senhores e senhoras com a investigação. Eu tenho certeza de que é só um fio do novelo. Outros deverão vir também puxando essa fila, parece-me que é o que vai acontecer. (Palmas.) Portanto, *“requer nova convocação dos Srs. Antônio Carlos Conquista”*, ex-Diretor do POSTALIS; *“do Sr. Carlos Alberto Caser”*, Diretor da FUNCEF; *“do Sr. Henrique Jäger”*, Diretor da PETROS; *“e do Sr. Gueitiro Matsuo Genso, Diretores-Presidentes dos fundos de pensão objeto de investigação por parte desta Comissão”*, para que retornem a esta CPI, porque é importante nós fundamentarmos esse pedido.

Eles já estiveram nesta Comissão praticamente nas duas primeiras semanas de trabalho. Todos aqui acompanharam, e a Comissão precisava, nesse primeiro momento, entender o funcionamento interno dos institutos, entender como as decisões eram tomadas e entender as nuances dos seus estatutos que eram aplicados aos investimentos dos fundos de pensão. Muitos deles vieram aqui quase que com um tom professoral aplicando Power Point com informações. As denúncias eram poucas. Nós tínhamos conhecimento particularmente da...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, concordando com V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu chamarei para a votação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu chamarei. Estou só fazendo um encaminhamento, Deputado Arnaldo Faria de Sá. Agradeço V.Exa.

Então, quando eles vieram, num primeiro momento, quase que única e exclusivamente para responder poucas coisas que a imprensa já havia divulgado, e para isso tinham até respostas prontas, foi essencial que nós avançássemos na investigação. E foi possível perceber, após 5 meses em que a nossa equipe de consultoria e a nossa equipe de investigação, que estão aqui, se debruçaram sobre vários investimentos, que foram apontados indícios de fraude, de gestão temerária,



de gestão fraudulenta. Então, que eles possam vir aqui agora — e esse será o intuito do retorno deles à Comissão — para responder a denúncias gravíssimas.

Eu queria contar com a apreciação e a aprovação do Plenário, até porque, no ano de 2015, também houve recorde nos déficits, ultrapassando os 40 bilhões de reais. O POSTALIS, a PETROS e a FUNCEF estão onde já se encontravam, com um déficit bilionário de 6, de 12, de 14 bilhões de reais! A única que era superavitária, que era a PREVI, infelizmente, em 2015, apresentou um déficit recorde, que também ultrapassa, segundo informações que serão publicadas em breve, 10 bilhões de reais. Esses mais de 40 bilhões de reais ensejam...

(Manifestação na plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quanto foi?

(Manifestação na plateia: 17 bilhões!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos aguardar a publicação. Os servidores da PREVI já informam que foram 17 bilhões de reais só em 2015. Então, nós precisamos realmente avançar nos trabalhos, e a prorrogação demonstra o seu sentido. Por mais que alguns aqui tivessem dito que esta CPI teria se tornado um cavalo de batalha político, mais do que nunca ela se justifica, Sr. Relator, por razões absolutamente técnicas, para que possamos avançar.

Pelo fato de eu ser o autor do requerimento, peço ao Deputado Samuel Moreira, que é o 2º Vice-Presidente da Comissão, que tome o assento da Presidência, para fazer a leitura e a coloque em votação.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Em discussão o Requerimento nº 484, de 2016, do Sr. Efraim Filho.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Aprovado o requerimento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Samuel Moreira) - Devolvo a palavra ao Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu agradeço a sua colaboração, não só neste momento, mas também durante todo o trabalho da Comissão, Deputado Samuel Moreira.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Sergio Souza.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, eu vi aqui a pauta, que desde ontem é de conhecimento de todos nós, e foi construído um acordo para que pudéssemos avançar. Acho que o maior ganho aqui realmente é do item 1, cujo requerimento vai fazer com que, depois de 6 meses de CPI, possamos ouvir novamente os dirigentes de fundos de pensão sobre tudo aquilo que nós produzimos. E não tenho nenhuma dúvida de que a composição integral desta Comissão estará aqui, com as perguntas na ponta da língua, com os elementos necessários, para ouvirmos novamente sobre os fundos de pensão.

Sr. Presidente, antes de sugerir a votação em bloco dos demais requerimentos, queria sugerir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nós vamos vendo um a um e vamos se há acordo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Perfeito. Antes disso, não sei se o Presidente já colocou, mas será muito bom prorrogar a CPI. Ela faz com que nós possamos ouvir aqui os atuais Presidentes de fundos de pensão e, além disso, faz com que nós possamos fazer algumas diligências, entre as quais aquela que nós vamos fazer na próxima sexta-feira. Não sei se o Presidente já falou da diligência de sexta-feira ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, ainda não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Na próxima sexta-feira, ou seja, amanhã fazemos a votação, depois entramos então nos comunicados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito, por conta da Ordem do Dia, que, se iniciar, pode suspender a sessão.



Item 2. Requerimento nº 451, de 2015, do Sr. Marcus Vicente, que *“solicita que esta CPI requisite à Controladoria-Geral da União — CGU todos os processos em curso alusivos à Superintendência Nacional de Previdência Complementar — PREVIC, em especial aqueles relacionados às denúncias do Sr. Nilo Silva Thé Pontes, ex-Corregedor daquela autarquia”*.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 3. Há requerimento de retirada de pauta, do Sr. Enio Verri.

Item 4. Requerimento nº 448, de 2015. Há requerimento de retirada de pauta, do Sr. Enio Verri.

Item 5. Requerimento nº 498, de 2016, do Sr. Marcus Pestana, que *“requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convocação do Sr. Mauro Halpern, para que esclareça sua possível participação na aplicação incorreta dos recursos e na manipulação da gestão dos fundos de previdência complementar: POSTALIS, PETROS, PREVI e FUNCEF”*.

Apenas lembrando à Comissão que o nome do Sr. Mauro Halpern surgiu no depoimento do Sr. Adolpho, da Trendbank, que esteve aqui e reportou fatos que podem configurar tráfico de influência junto aos fundos de pensão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Palmas.)*

Item 6. Requerimento nº 405, de 2015, do Sr. Pompeo de Mattos, que *“requer que seja ouvido em audiência pública o Sr. Décio Botechia”*, que atua junto aos órgãos de assistência da PREVI do Banco do Brasil e será chamado na condição de testemunha. Pede-me aqui o Saulo que isso seja configurado.

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 7. Requerimento nº 495, de 2016, do Sr. Sergio Souza. Há requerimento de retirada de pauta, do Sr. Enio Verri.

Item 8. Requerimento nº 490, de 2016, do Sr. Paulo Azi. Há requerimento de retirada de pauta, do Sr. Enio Verri.



Item 9. Requerimento nº 313, de 2015, do Sr. Samuel Moreira, que *“requer a convocação do Sr. Milton de Oliveira Lyra Filho, para prestar testemunho sobre as operações envolvendo recursos de fundos de pensão em investimentos e aportes financeiros, dentre outras, no grupo Galileo Educacional”*.

Item 10. Requerimento nº 362, de 2015, do Sr. Assis Carvalho — contém o mesmo teor do anterior —, que *“solicita que esta CPI convoque o Sr. Milton de Oliveira Lyra Filho, para prestar esclarecimentos acerca de denúncias de participação em fundo de pensão POSTALIS”*, especialmente no grupo Galileo Educacional.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Palmas.)*

Item 11. Requerimento nº 499, de 2016, do Sr. Marcus Pestana, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convocação do Sr. Armando Ramos Tripodi, para que esclareça sua possível participação na aplicação incorreta dos recursos e na manipulação da gestão da Fundação Petrobrás de Seguridade Social — PETROS”*.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 12. Requerimento nº 500, de 2016 — simbólico —, do Sr. Raul Jungmann, que *“requer à 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR”* — cuja titularidade é do Sr. Juiz Sérgio Moro — *“o compartilhamento do Relatório de Informação nº 121, de 2015 — ASSPA/PR-PR”*.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 13. Requerimento nº 501, de 2016. Há requerimento de retirada de pauta do Sr. Enio Verri.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, só quero entender algo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deixe-me só concluir o item 14, e voltamos ao item 13.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Está bem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Item 14. Requerimento nº 502, de 2016, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, que *“requer a convocação dos Srs. Representantes da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), do CNPC (Conselho Nacional de Previdência Complementar) e do CGPC (Conselho Gestor de Previdência Complementar), para prestarem informações e esclarecimentos a respeito da aprovação da Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008 (...)”*.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quero só esclarecer, Deputado Arnaldo Faria de Sá, que a Resolução nº 26 foi aquela que prolongou o tempo do equacionamento do déficit e tem gerado uma série de questionamentos por parte das patrocinadoras, dos beneficiários, inclusive desta CPI também. Será um momento que nós poderemos nos debruçar sobre seus efeitos e termos uma noção do impacto que será causado às famílias no decorrer do tempo.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu só queria nominar as pessoas da PREVIC, que é Sérgio Djundi, e do CNPC e CGPC, que é Paulo Cesar dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Paulo Cesar dos Santos, pelo CNPC e CGPC, e Sérgio Djundi, pela PREVIC.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com a palavra o Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, sobre a motivação de debater a retirada de pauta, esse é um requerimento importante. Eu recebi, através do Deputado Augusto Carvalho, um pedido para que esse ex-integrante do Conselho da PREVI viesse fazer a demonstração dos indícios que podem ter ocorrido também na PREVI, alguns feitos, como estamos acompanhando em outros lugares. Então, acho isso superimportante.

Tenho acompanhado todos os acordos desta CPI e gostaria de fazer um acordo com o Deputado Enio Verri, que pediu que, na próxima sessão deliberativa,



V.Exa. coloque o requerimento novamente em votação, cheguemos a um consenso sobre a sua importância, e para que, por acordo, possamos aprová-lo.

Por hora, vou debater com o Deputado Enio Verri sobre como poderemos chegar a um consenso das denúncias que serão realizadas por esse ex-integrante do Conselho da PREVI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu também considero isso interessante e torço para que esse consenso seja obtido.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Enio Verri.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Só para agradecer a compreensão do Deputado Francischini. Voltaremos a conversar na próxima reunião deliberativa. Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Francischini, quando V.Exa. vem ao microfone, lembro-me de muitas situações peculiares da investigação que fez, na condição de delegado da Polícia Federal. E aproveito para dizer que temos hoje notícias que vieram à tona sobre mais uma delação importante, no caso, ainda muito superficial, do conhecimento que se tem do conteúdo e da verossimilhança das alegações.

Mas não é necessariamente à delação premiada do Senador Delcídio do Amaral que me refiro. Quero lembrar que existem outras delações em curso que também podem trazer novidades sobre o tema dos fundos de pensão. Pessoas como o Nestor Cerveró, como o Presidente da Engevix, José Antunes Sobrinho, como o Presidente da Sete Brasil, João Ferraz e o próprio Senador Delcídio do Amaral podem trazer temas relevantes que tenham conexão com os fundos de pensão.

Então, essa prorrogação também nos dará a oportunidade de aguardar esse material, que, chegando a tempo, poderá embasar e instruir a nossa investigação e o relatório final.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pois não, Deputado.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - ...complementando a sua colocação sobre a importância da prorrogação da nossa CPI, os fatos mais relevantes ainda não vieram à tona. V.Exa. tem toda razão quando fala das delações premiadas. E cito um requerimento meu em que pedimos para chamar o Nestor Cerveró, mesmo sabendo que ele não vai revelar nada. Ele tem feito silêncio já em outras CPIs e conosco também. Mas usei a minha imunidade parlamentar para divulgar aquilo a que eu tive acesso. O Sr. Nestor Cerveró, em um dos trechos de sua delação premiada em que cita os fundos de pensão, relata ter recebido uma ligação telefônica de um Senador da República, que ainda não está sendo diretamente investigado, que era Ministro e que interferiu diretamente no Sr. Nestor Cerveró e no Diretor de Investimentos da PETROS, à época, que integrava o conselho de investimentos, para que o investimento do banco BVA fosse realizado, o que resultou num prejuízo milionário para os participantes do fundo PETROS. Então, encerrarmos esta CPI, sem uma prorrogação para que essas delações premiadas venham à tona, é deixar de fazer uma investigação rigorosa. E sabemos que V.Exa. tem se dedicado, e muito, a esses fatos.

Por outro lado, Sr. Presidente, quero só ressaltar — e isso é consenso nesta CPI — a importância de cobrarmos agora da INTERPOL e da Polícia Federal em relação ao Sr. Fabrizio Neves, que continua foragido e foi autor de falsificações grotescas em títulos vendidos com aval do BNY Mellon. Nós temos que realizar essa prisão. Essa prisão é um ponto de honra para a CPI (*palmas*), porque ele é o elo de ligação entre o Russo, o Sr. Alexej Predtechensky, que fazia desvios milionários, e o Sr. Adilson Florêncio, que mora numa mansão de 8 milhões e veio contar mentira para nós aqui na CPI, que pagou 1,1 milhão em uma casa que visualmente é uma casa milionária. Eu acho que todos nós aqui, independentemente da posição ideológica ou partidária, temos que tirar de circulação esses assaltantes que limpam os fundos de pensão. (*Palmas.*)

Nós não podemos encerrar. O POSTALIS está destruído. E tenho assistido aos funcionários mais humildes dos Correios sentirem que sua aposentadoria está partindo para outro lugar. Ou seja, destruíram os fundos de pensão. Nós não podemos encerrar; e V.Exa. tem conduzido bem os trabalhos. Parabéns, Presidente! Temos orgulho de ver um Presidente que não se omite em se posicionar.



Muitas vezes, a posição do Presidente tem que ser uma posição imparcial, mas V.Exa. tem sido parcial nos momentos adequados, tem sido parcial no sentido de defender os participantes dos fundos de pensão, Presidente. (*É isso aí! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Procuero fazer a coisa certa. E obrigado pelo reconhecimento, Deputado Fernando Francischini.

Mais algum Deputado deseja fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

O Relator, que está concluindo, deseja falar sobre a diligência que faremos amanhã. A Comissão se deslocará para fazer uma visita e uma inspeção técnica na Usina Canabrava.

Então, passo a palavra ao Relator, para que ele possa falar sobre o tema.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Bom dia a todos! Eu estava dizendo, antes de iniciarmos as votações dos requerimentos, que esta CPI fica muito satisfeita com a prorrogação, Deputado Celso Jacob, por mais 30 dias. Nesses 30 dias, vamos poder realizar algumas audiências para ouvir alguns depoentes, como os presidentes dos atuais fundos de pensão investigados por esta CPI e mais algumas pessoas, como também poderemos fazer algumas diligências e algumas quebras de sigilo que são necessárias.

Por exemplo, já estamos recebendo resultados da quebra de sigilo no caso do Trendbank. V.Exas. se lembram muito bem daquele cidadão que montou um fundo, para captar, no mercado, recursos através de uma *factory*, dizendo que era de direitos creditícios. Se a pessoa recebe uma nota promissória, um cheque, e não tem dinheiro, vai a uma *factory* e os troca. E ele mandava isso para os fundos de pensão. Ficou tão fácil que chegou um momento em que ele nem mais assinava as promissórias, só as ia arquivando dentro da contabilidade da *factory* do fundo de pensão. O dinheiro sumiu, e o prejuízo foi em torno de 400 milhões de reais. Vejam que não é pouco dinheiro. Nós pedimos aqui as quebras de sigilo. Já estão chegando à CPI várias informações nesse sentido.

Outro fato que chamou muito a atenção desta CPI foi quando ouvimos aqui o Diretor-Presidente da Canabrava. Ele veio a esta CPI e disse a todos aqui presentes que era uma maravilha a Canabrava, que as usinas estavam funcionando, que estavam moendo, que estavam gerando empregos e energia. Depois, vieram informações a esta CPI de que não tem usina, de que não tem cana, de que elas



não estão moendo cana — só uma das usinas mói cana, o que é muito pouco —, de que os fornecedores de cana estão com créditos que não recebem, de que estão quebrados, de que há demissões, de que o Ministério do Trabalho está envolvido. Há uma série de situações muito divergentes daquilo que o depoente colocou aqui.

Isso é muito grave! Sempre alertamos, Deputado Enio Verri, para que aqueles que vêm à CPI vêm na condição de testemunha. E, na condição de testemunha, têm a obrigação de dizer a verdade. Eles podem não falar aquilo que lhes pode incriminar, mas, se falarem, têm a obrigação de dizer a verdade.

A CPI aprovou então, na última sessão deliberativa, um requerimento para que nós possamos fazer uma diligência para o Rio de Janeiro. Já montamos todo o aparato, inclusive com o apoio da Polícia Federal. E não sei como é que ficou aqui a parte da Câmara, Saulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mais algum Deputado vai acompanhá-la?

(Não identificado) - Nenhum Parlamentar se interessou.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Eu e o Presidente Efraim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Presidente e o Relator.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas a parte da *TV Câmara* vai, nós vamos fazer imagens, o Deputado Washington Reis está nos ajudando lá na questão da logística. Então, nós vamos ainda hoje para o Rio de Janeiro e, amanhã, a partir das 8 horas, já nos estaremos deslocando para Campos dos Goytacazes, onde ficaremos a manhã toda, até o meio da tarde, nessa — não digo operação, porque isso é próprio da autoridade do policial federal — inspeção, nessa averiguação, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados que está produzindo um resultado excepcional.

E quero dizer a V.Exas. que o prazo ontem foi prorrogado. Se não o tivesse sido, nós estaríamos prontos para entregar o nosso relatório na próxima terça-feira. E aqui os membros da nossa consultoria e da nossa assessoria sabem muito bem disso. Nós temos nos reunido, e já está bem lapidado o nosso relatório. E, se existe algo que não vai haver no relatório é *pizza*. (*Palmas.*) O que vai haver ali é um resultado prático de que esta CPI produziu, e produz, algo muito significativo dentro dos fundos de pensão, porque, por si só, a sua existência e a sua atuação nesses



meses já produziu algo positivo nos fundos de pensão, que é a preocupação, o medo, de alguns de cometerem atos que cometiam com a maior tranquilidade no passado.

O Presidente Efraim sempre diz que ali era que nem sangue na veia, era dinheiro direto na conta. A PETROBRAS teve toda aquela situação, mas tinham que bolar uma licitação, combinar um negócio para comprar um equipamento que vinha de fora, abrir uma *offshore*, e assim por diante. E está cheio de *offshores* no nosso negócio de fundos de pensão também. Isso vai constar do relatório. Mas aqui, não. Aqui, o cara montava um negocinho e, de repente, comprava o maior apartamento do Brasil. Você imagina o tamanho de um negócio desses? Um apartamento de 1.250 metros, 16 milhões de reais, e o cara montava lá um esquema! O maior apartamento do Brasil, lá no Morumbi, em São Paulo, é de um cara que operava isso, que era conhecido por todos aqui, que é o tal do Fabrizio Neves. E esta CPI também já providenciou o bloqueio desse apartamento, para recuperar 16 milhões de reais.

Então, ela já produziu, sim, o seu resultado. E o relatório será contundente, no sentido de nós apontarmos as responsabilidades, de apontarmos os valores e, principalmente, de colocarmos ali uma proposta legislativa que engesse a possibilidade de corrupção dentro dos fundos de pensão.

Obrigado a todos. E bom dia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem, Relator. Agradeço a sua participação. Estaremos juntos, amanhã, na inspeção técnica da CPI, deixando os muros do Congresso Nacional para nos aproximar da realidade da vida das pessoas.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, que será na semana que vem. Ainda iremos definir a ordem dos gestores que virão — a ideia é a de que um dos quatro já esteja aqui na semana que vem —, o que será comunicado aos senhores e às senhoras em tempo oportuno.

Está encerrada a presente reunião.